



Identidade, raça e racismo no cinema: a representação do negro em 12 anos de escravidão

Identity, race, and racism in cinema: the representation of black people in 12 years a slave

Nayara de Oliveira¹

E-mail: nayara_deoliveira@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a representação da identidade negra no longa-metragem *12 Anos de Escravidão* (*12 Years a Slave*), verificando, sobretudo, as implicações das teorias raciais dos séculos XVIII e XIX na condição das pessoas negras representadas na obra. O filme, adaptação do romance autobiográfico homônimo escrito por Solomon Northup, consiste na história de um homem afro-americano nascido livre que, em meados do século XIX, foi ilegalmente traficado como escravizado para o sul dos Estados Unidos. A partir disso, observamos como o racismo opera para destituir Northup de sua identidade e humanidade, passando a ser tratado como um mero objeto pertencente aos senhores de escravo a quem foi obrigado a servir. Quanto à metodologia, parte-se de uma revisão bibliográfica e da análise interpretativa da obra, com respaldo nos estudos culturais e na teoria pós-colonial, visando entender os reflexos das teorias raciais na (des) construção da identidade negra no contexto histórico e cultural representado na obra. Como aporte teórico, utilizamos as discussões de autores como Almeida (2021); Schwarcz (1993); Woodward (2014), dentre outros. Assim, infere-se que o filme *12 anos de escravidão* reflete o modo como as teorias raciais ajudaram a moldar as narrativas de inferioridade racial sobre a população negra, legitimando a violência física e psicológica a partir do discurso de supremacia racial.

Palavras-chave: 12 anos de escravidão; Diferença; Identidade; Racismo.

ABSTRACT

This article aims to analyze the representation of Black identity in the movie *12 Years a Slave*, focusing on the implications of 18th and 19th-century racial theories on the condition of black individuals depicted in the work. The film, an adaptation of the autobiographical novel of the same name by Solomon Northup, tells the story of a free-born African-American man who was illegally trafficked into slavery in the mid-19th century American South. Through this narrative, we examine how racism operates to strip Northup of his identity and humanity, reducing him to a mere object owned by the slaveholders he was forced to serve. Methodologically, the study employs a bibliographic review and interpretative analysis of the film, supported by cultural studies and post-colonial theory, to understand the impact of racial theories on the (de)construction of Black identity within the historical and cultural context portrayed in the work. Theoretical contributions from scholars such as Almeida (2021), Schwarcz (1993), and Woodward (2014), among others, are utilized. The analysis concludes that *12 Years a Slave* reflects how racial theories shaped narratives of racial inferiority about Black people, legitimizing physical and psychological violence through the discourse of racial supremacy.

Keywords: 12 Years a Slave; Identity; Difference; Racism.

¹ Doutoranda em Letras, na linha de Literatura e construção das identidades, pela Universidade Estadual de Maringá – UEM (2025). Fez Mestrado em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras – Interfaces entre Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO (2015). Possui Especialização em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR (2013); em Docência no Ensino Superior: Tecnologias Educacionais e Inovação; e em História, Cultura e Literatura Afro Brasileira e Indígena pela UNICESUMAR (2020). Graduada em Licenciatura em Letras – Licenciatura plena em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas literaturas – pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM (2010). Atualmente, é professora de Literatura Brasileira na UniCesumar e também atua como docente da educação básica vinculada à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná – SEED/PR. Atua principalmente nos seguintes temas: Literatura contemporânea; Estudos culturais; Identidade e pós-modernidade; Racismo.

INTRODUÇÃO

Em 2013, o longa-metragem *12 anos de escravidão*, dirigido por Steven McQueen, venceu o Oscar de Melhor Filme, chamando a atenção da comunidade internacional para a temática da escravidão e para a obra que lhe serviu de base para seu roteiro. Cabe destacar que tal filme foi um marco na representação do período da escravidão, distanciando-se das visões romantizadas verificadas em obras como o clássico *E o Vento Levou*, de 1939, em que a escravidão é tratada de maneira idealizada, escondendo o sofrimento da população negra.

O romance, que leva o mesmo nome do filme, é a autobiografia de Solomon Northup, um homem afro-americano, nascido livre em Nova York, casado e com filhos, que vê sua vida e sua identidade serem roubadas após ser enganado, sequestrado e vendido como escravo no sul dos Estados Unidos de meados do século XIX. Após anos de sofrimento e com a ajuda de um simpatizante da causa abolicionista, Northup recupera sua liberdade e, mais tarde, engaja na causa abolicionista, produzindo um forte relato acerca dos horrores vivenciados por todos aqueles que foram vítimas da escravidão.

Publicada pela primeira vez em 1853, a autobiografia de Solomon figura dentre as obras classificadas como *narrative slaves*, gênero marcado pelos relatos em primeira pessoa de homens e mulheres ex-escravizados sobre os traumas da experiência da escravidão atlântica (SAMPAIO; ARIZA, 2019). Desde as primeiras publicações, tais escritos foram tomados como textos de grande relevância histórica e social, haja vista que nessas obras temos a perspectiva memorialística e histórica sob a ótica dos negros acerca do funcionamento do sistema escravocrata e as agruras vivenciadas por esses sujeitos, o que serviu como instrumento político em defesa da causa abolicionista.

Até o seu sequestro, Solomon Northup mantinha uma vida pacata com sua família, formada por sua esposa e seus três filhos. Era um homem letrado com conhecimento em variadas áreas, tendo exercido diferentes ofícios ao longo de sua vida, incluindo a atuação como músico. Entretanto, em 1841, após aceitar uma oferta para tocar violino em Washington, D.C, acabou sendo drogado pelos falsos empregadores e transportado para o sul do Estados Unidos para ser vendido como escravo. Seus documentos são roubados e ele passa a ser chamado de Platt e, conseqüentemente, ao ser forçado a assumir essa nova identidade, também lhe são impostos todos os sofrimentos físicos e psicológicos acarretados pelo racismo inerente ao contexto da escravidão.

Para além das motivações políticas, econômicas e culturais que impulsionaram o tráfico transatlântico de homens e mulheres da África para alimentar o mercado escravagista europeu, foi a partir do século XVIII que ocorreu uma série de esforços para a construção de teorias ditas científicas que pudessem justificar a suposta supremacia racial branca e assim ratificar os princípios da escravidão, bem como o preconceito com outras etnias não brancas (Schwarcz, 1993). A partir das vivências de Solomon, bem como dos retratos que ele apresenta de outros escravizados com quem conviveu durante seu cativeiro, é possível observar a crueldade advinda dos discursos propagados pelas teorias raciais e seu impacto direto na forma como os negros eram vistos e tratados no sistema escravocrata.

Isso posto, o presente artigo analisa os reflexos das teorias raciais na representação do negro no filme *12 anos de escravidão* (2013), abordando momentos do longa-metragem que revelam como as pessoas negras foram destituídas de sua humanidade, tratadas de maneira animalésca, sempre a partir

do discurso da inferioridade da raça. Trata-se de episódios que envolvem a exploração exacerbada da mão de obra dos escravizados, as humilhações advindas de castigos físicos e psicológicos, a violência sexual contra as mulheres negras, a perda do senso de individualidade, a animalização, dentre outras formas de violência. Amparado nas contribuições de teóricos como Lilia Moritz Schwarcz (1993); Silvio Almeida (2021), Kathryn Woodward e Tomás Tadeu da Silva, o texto visa expor as formas de desumanização e opressão impostas aos negros a partir da perpetuação do discurso da superioridade racial branca, a qual foi legitimada a partir de símbolos que marcam as supostas diferenças entre brancos e negros.

2 TEORIAS RACIAIS, IDENTIDADE E DIFERENÇA

2.1 AS TEORIAS RACIAIS

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (1993), foi a partir do século XVI, no período das grandes navegações, que a temática das diferenças entre os homens passou a ser debatida com maior ênfase. O contato com novos povos provocou instantaneamente no homem europeu o sentimento de estranhamento, de modo que esse classificou de exótico tudo aquilo que era alheio aos seus costumes, fato que pode ser observado nas descrições sobre os povos nativos encontradas em relatos de viajantes e exploradores da época. Entretanto, segundo a autora, foi no século XVIII, conhecido como “século das luzes” por conta da emergência do Iluminismo, que o adjetivo “primitivo” começou a ser usado para designar essas populações, que passaram a ser vistas como exemplares do estágio inicial da evolução do homem, iniciando um processo de hierarquização das “raças humanas”.

Foi a crença no poder da razão e da ciência para explicar o mundo que motivou filósofos e cientistas iluministas a categorizarem o conhecimento, incluindo o estudo das diferenças humanas. Porém, a partir desse impulso inicial e tendo em vista o contexto social e econômico da época, criou-se um ambiente propício para a formulação de teorias sobre a superioridade e inferioridade de certos grupos com base em fatores como cor da pele e origem geográfica, o que trouxe sérias consequências para os povos que passaram a ser vistos como racializados. Sobre isso, Silvio Almeida (2021, p. 26–27) explica que:

O Iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, iria travas guerras contra as instituições absolutistas e o poder trazido da nobreza. As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da *civilização*. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para os outros lugares do mundo, para os *primitivos* [...]. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo*.

Entretanto, Silvio Almeida (2021) salienta que as revoluções burguesas do século XVIII foram acompanhadas de um levante que não era esperado: a Revolução Haitiana, que reivindicou os princípios

de liberdade, igualdade e fraternidade para a pequena ilha caribenha de população negra, o que foi mal-recebido pelos colonizadores. Visando evitar que os princípios liberais fossem reproduzidos e aplicados por outras comunidades, começaram os esforços para o desenvolvimento de estudos e teorias de classificação de seres humanos a partir de um novo conceito criado: a raça, a qual serviria “como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania” (Almeida, 2021, p. 28).

Almeida postulou o conceito de racismo estrutural, o qual se refere ao conjunto de práticas, normas, políticas e instituições que, ao longo do tempo, criam e mantêm desigualdades raciais na sociedade. Para o autor:

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social (Almeida, 2021, p. 55).

Assim, observamos que o contexto histórico e político do século XVIII, com a efervescência das correntes de estudos naturalistas e, posteriormente, o darwinismo social do século XIX, juntamente às práticas culturais das elites econômicas do período foram cruciais para a reprodução do discurso da superioridade da raça branca. Um dos primeiros nomes a propor a ideia de raças humanas foi o naturalista Carl Linnaeus, em 1735, com base em critérios físicos e comportamentais, associando características como temperamento à cor de pele dos sujeitos estudados. Essas categorias eram vistas como naturais, e o impulso de catalogar fazia parte da nova mentalidade científica. Já o antropólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach, em 1779, introduziu a ideia das cinco raças humanas: caucasiana, mongólica, etíope (africana), americana e malaia. Na sequência surgiram diversas correntes de pensamento ligadas ao positivismo, ao evolucionismo e ao darwinismo que misturaram princípios fisiológicos, biológicos e religiosos para construir a tese da supremacia da raça europeia.

Schwarcz (1993) explica que a perfectibilidade, conceito advindo da teoria do filósofo humanista Jean Jacques Rousseau, o qual defendia que o homem possui liberdade para resistir aos instintos naturais, foi deturpada por uma série de teóricos iluministas, os quais passaram a aplicá-la como forma de justificar a distinção entre o “homem civilizado” e o “homem primitivo”, o que justificaria a supremacia racial branca.

Se, em Rousseau, a perfectibilidade era tida como a capacidade de aperfeiçoamento da humanidade, para os defensores das teorias raciais tal conceito revelava a distância evolutiva entre esses grupos. Assim, colocava-se o modo de vida europeu como a norma a ser seguida e aplicada universalmente, enquanto os demais sistemas culturais recebiam classificações como carentes por nomes como Buffon, e degenerados, por De Pauw. No caso de Buffon, havia a defesa de que as raças mais “avançadas” se desenvolviam em climas temperados, como o da Europa, enquanto raças “inferiores” viviam em climas tropicais que, segundo ele, limitavam seu progresso (Schwarcz, 1993).

Isso posto, vemos que as narrativas sobre a hierarquia racial consolidadas no século XVIII tiveram repercussões duradouras, pois elas criaram as bases pseudocientíficas para o racismo que dominou o século XIX, influenciando desde políticas de escravidão até as teorias raciais do darwinismo

social que desembocaram em políticas de eugenia, cujos reflexos são sentidos pelas populações racializadas ainda em nossos dias.

2.1 IDENTIDADE E DIFERENÇA

Nos Estudos Culturais, os conceitos de identidade e diferença são fundamentais para entender como os indivíduos e os grupos se relacionam e se posicionam dentro da sociedade. Tal corrente de estudos, de base interdisciplinar, surgiu no século XX com o objetivo de entender a cultura em suas relações com o poder, a política e a sociedade (Cevasco, 2003).

Segundo Kathryn Woodward (2014), a identidade é marcada pela diferença, a qual, por sua vez, é sustentada pela exclusão. A autora explica que para que o “eu” seja definido e tenha sua identidade afirmada ele precisa recusar e excluir tudo o que define o “outro”. Tal procedimento, segundo Woodward, é problemático devido ao fato de que as similaridades entre os grupos são arbitrariamente desconsideradas, dada a complexidade prevista na constituição das identidades.

Ao observar a discussão sobre as supostas diferenças entre as raças, verifica-se que elas refletem o que os teóricos dos estudos culturais definem como uma perspectiva essencialista sobre a identidade. Segundo tal corrente de pensamento, existiria um conjunto cristalino e autêntico de características próprias do homem negro (físicas, cognitivas, intelectuais, morais, culturais, dentre outras) que são negadas pela identidade branca. Para isso, conforme explicitado por Schwarcz (1993), foram aplicadas as adjetivações de degenerados, imorais, promíscuos, destituídos de beleza etc., a tudo que pertence à identidade negra.

Stuart Hall (2014) afirma que a identidade é sempre relacional, pois está em constante construção. Em “A identidade cultural na pós-modernidade”, Hall (2006) questiona princípios essencialistas sobre a identidade, os quais defendem a ideia de que toda identidade possui uma essência própria e imutável. Opondo-se a essa perspectiva, o autor defende que é preciso adotar uma postura não essencialista, observando as mutações que as identidades sofrem ao longo do tempo.

No caso do racismo contra a população negra, os discursos sobre a supremacia racial branca ignoram as características em comum que toda a humanidade possui, rechaçando aplicar qualquer valor positivo sobre a cultura negra, pois assim a escravidão desse povo tido como inferior seria justificada e, inclusive, vista como algo benéfico aos escravizados, pois os traria para perto do modo de vida civilizado.

No contexto deste estudo, cabe salientar a forma como o racismo científico contribui para perpetuar ao longo de vários séculos a mão de obra escravizada, visto que até o século XIX a divisão do trabalho era vista de forma racializada. Assim, os brancos foram associados ao trabalho intelectual e à liderança, enquanto os negros eram destinados de maneira impositiva a trabalhos manuais e pesados, reforçando a ideia de que eles possuíam resistência física, mas não capacidade intelectual, tal como verificamos na trajetória de Solomon Northup.

Em *12 anos de escravidão*, observamos o modo cruel como um homem negro nascido livre, dotado de alta capacidade intelectual e artística, foi vítima da visão essencialista da identidade. Enquanto

vivia no norte dos Estados Unidos, região industrializada e modernizada, Solomon era tratado como um igual (ao branco): um homem livre, patriarca de uma família, bem educado, dotado de alta capacidade intelectual e artística, ao ser levado para o Sul, ele passou a experimentar o peso do racismo, visto que todas as características de sua personalidade foram ignoradas, restando apenas sua cor como marca da diferença e justificativa para as barbaridades que viveria, tal como será exposto a seguir.

3 RAÇA E RACISMO NA REPRESENTAÇÃO DO NEGRO EM 12 ANOS DE ESCRAVIDÃO

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DE 12 ANOS DE ESCRAVIDÃO

O filme *12 anos de escravidão* inicia com a imagem de um grupo de escravizados sendo orientado por um capataz branco sobre o modo como o corte da cana de açúcar deve ser executado. Na sequência, vemos o protagonista se alimentando na senzala junto a homens, mulheres e crianças negras. Ele observa o líquido que escorre das amoras em seu prato e, mais tarde, se esconde e tenta, sem sucesso, redigir uma carta usando a rala tinta que se formara com aqueles frutos e um pedaço afiado de graveto. À noite, Solomon é surpreendido por uma escravizada que o força a estabelecer um contato sexual mesmo em meio aos demais escravizados, o que revela a falta de privacidade e individualidade imposta àqueles seres humanos. Essa sequência é sucedida de uma imagem do passado de Solomon tocando violino em um baile, sendo calorosamente aplaudido pelo público presente, repleto de pessoas brancas que gozavam do festejo sem quaisquer indícios de discriminação para com o músico que conduzia os trabalhos.

Aos poucos, somos apresentados aos fatos que levaram o protagonista ao triste destino que o aguardava. Após ser enganado e drogado pelos falsos contratantes, Solomon acorda com trajes velhos e sujos, bastantes diferentes do fino traje que estava usando na noite anterior. Rapidamente, um homem branco entra na cela. Solomon tenta explicar que é um homem livre do estado de Nova York, e que irá atrás dos seus direitos assim que sair dali. De maneira irônica, o homem pede que Solomon comprove sua história apresentando seus documentos, os quais haviam sido propositalmente roubados. Ele diz que Solomon não veio do Norte do país, mas sim da Geórgia, e que ele é um “negro fujão”.

Em seguida, Solomon é brutalmente espancado, visando-se fazer com que ele compreenda sua nova condição. Após a sessão de tortura, Solomon chora e coloca a cabeça entre as grades da cela para pedir socorro, ao passo em que é mostrado ao expectador que o protagonista estava trancafiado em um estabelecimento aos pés da sede do Capitólio dos Estados Unidos. Em seguida, temos um importante momento da história de Northup: ele recebe um novo nome, passando a ser chamado de Platt agora que sua identidade de homem livre foi apagada e, no lugar dela, foi imposta uma nova: a de escravo.

No dicionário Aurélio (*on line*), o conceito de escravo é definido como “Pessoa que passou por um processo de escravização, que não teve direito à sua liberdade, sendo submetido à vontade de outrem, e definido como propriedade”. Recorrendo às discussões dos estudos culturais sobre identidade

e diferença, vemos que “a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades” (Woodward, 2014, p. 13). Assim, no filme, observamos que a condição de Solomon foi modificada a partir da adoção de símbolos que o marcariam a partir dali enquanto um escravo: ele não poderia mais usar os mesmos trajes que homens brancos utilizam, mas sim trajes inferiores; ele também não pode mais usar seu nome e sobrenome, recebendo uma nova alcunha, Platt, que o coloca como um sujeito sem sobrenome e, portanto, sem passado ou família.

O personagem passa então a ser mais uma mercadoria disponível para ser vendida e revendida, o que reflete outro importante aspecto acerca da construção da diferença, visto que, conforme explica Woodward (2014, p. 14), “a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais”. Naquele momento, a economia do Sul dos Estados Unidos era predominantemente agrária, com base em grandes plantações que cultivavam principalmente algodão, tabaco, arroz e açúcar, culturas essas voltadas para a exportação. Essas plantações dependiam fortemente do trabalho escravo para maximizar a produção e o lucro, o que tornava a região mais dependente do comércio com o exterior, especialmente com a Inglaterra e outros países europeus. Assim, as condições sociais e materiais eram propícias para que Solomon fosse visto apenas como mais um negro entre os tantos negros escravizados nas plantações sulistas, dificultando sobremaneira qualquer tentativa de escapar daquela situação.

Conforme pontuado por Tomás Tadeu da Silva (2014, p. 75), “as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade”. Assim, no contexto de uma sociedade racista e escravocrata como era a população do Sul dos Estados Unidos nos idos do século XIX, afirmar “sou branco” era, também, dizer “não sou negro” e, portanto, ocupo uma posição social que me concede o direito de subjugar aqueles diferentes de mim. No caso de *12 anos de escravidão*, observamos os dilemas de Solomon por conta de sua formação moral intelectual, vista como um problema pelos outros negros, que aconselham o protagonista a ocultar tais características, pois isso irritaria os brancos e, possivelmente, faria com que Solomon sofre mais castigos, pois não caberia no “ser negro” os símbolos que marcariam a supremacia branca.

A escravização de negros no Sul dos Estados Unidos. Em uma cena, os escravizados estão acompanhando uma missa celebrada pelo senhoril Edwin Epps, um homem inescrupuloso que maltrata ferozmente seus escravos, subtraindo-os a exaustivas jornadas de trabalho, os castigando quando surgem pragas em sua plantação, bem como assedia e violenta sexualmente as mulheres negras que estão sob sua tutela. O senhoril utiliza o texto bíblico para justificar os castigos impostos aos escravizados, defendendo que era uma ordem direta de Deus usar o chicote contra os escravos quando esses não obedeciam às ordens dadas.

Schwarcz (1993) explica que havia discordâncias entre as teorias raciais do século XIX acerca da origem da humanidade, cabendo destaque para duas vertentes: a *monogenista*, concebida pela Igreja, que defende que toda a humanidade advém de uma fonte criadora em comum e que o que diferencia o branco das demais raças seria o processo de civilização (Eagleton, 2011), e a *poligenista*, adotada pelas ciências biológicas, que acreditava que as diferentes raças humanas são resultado de variados centros de criação, isto é, brancos e negros são membros de “espécies” distintas, sendo *naturalmente* diferentes. Assim, o senhoril Edwin Epps utiliza-se do texto bíblico primeiramente para

marcar a diferença entre brancos e negros, como também faz uso desse recurso para civilizar seus escravizados, ensinando—os aquilo que Deus manda.

3.2 A IDENTIDADE NEGRA EM *12 ANOS DE ESCRAVIDÃO*: ENTRE O ESTEREÓTIPO E A CONTESTAÇÃO

Conforme Conrado e Ribeiro (2017), ao longo da história, em produtos culturais, como em filmes, séries, músicas e outras formas de mídia, houve a reprodução de uma série de estereótipos sobre pessoas negras que se perpetuam. Esses estereótipos refletem preconceitos históricos e, por vezes, limitam as representações autênticas e diversificadas de pessoas negras, respeitando as diferenças culturais entre os variados membros dessa comunidade.

Dentre os principais estereótipos sobre a negritude, podemos destacar representações do negro como criminoso ou perigoso, o negro mágico, a mulher negra hiperssexualizada, o negro como alívio cômico, o negro submisso, dentre outros. Na abordagem adotada pelo diretor Steve McQueen, em *12 anos de escravidão*, podemos observar momentos em que esses estereótipos surgem como reprodução do discurso dominante, mas, na sequência, ocorre a desconstrução dessas imagens sobre a negritude, conforme será pontuado a seguir.

Tanto no romance autobiográfico como no longa—metragem *12 anos de escravidão*, Solomon Northup contesta inicialmente a condição que lhe está sendo imposta. Entretanto, após as torturas sofridas, o protagonista assume a identidade de Platt, o escravo, tornando—se submisso aos brancos escravocratas, sem, contudo, abandonar o desejo de voltar a ser livre. Ao longo de sua trajetória, Solomon foi mantido como escravo por dois senhores. O primeiro é o Senhor Ford, um homem apresentado como um bom senhoril, que trata “bem” seus escravos. Ele reconhece o alto valor de Solomon devido ao seu conhecimento e modos, dando a ele alguns benefícios. Assim, ao longo do filme, vemos que o protagonista terá uma representação ambígua: entre o negro submisso e o negro contestador, que se nega a ocupar a posição de escravizado.

Na cena em que Ford compra Solomon, observamos o funcionamento de um mercado de escravos: homens e mulheres negros são expostos nus como animais, enfileirados como objetos, ao passo que o vendedor vai apresentando sua mercadoria e indicando os atributos de cada “peça” a ser vendida. Na sala em que Solomon se encontra há uma família composta por uma mãe e seus dois filhos. Ao menino, é solicitado que pule e faça movimentos para demonstrar suas condições de saúde, como se ele fosse um animal adestrado, provando que é um excelente exemplar do “espécime”. Já outros escravizados são obrigados a mostrar os dentes, levam tapas para demonstrar a força física e a submissão, bem como salienta—se a beleza de uma jovem escravizada, que lhe renderia o lugar de “escrava da casa”. Aqui, observamos o reflexo da visão poligenista (Schwarcz, 1933), pois os negros são tratados como uma espécie diferente dos brancos, o que justificaria a utilização daqueles seres humanos na realização de serviços aos quais os brancos se negam a serem submetidos.

No caso de Solomon, vemos que, enquanto está sob o domínio do Senhor Ford, ele é questionado por outros escravizados por ser submisso, ao que ele se defende afirmando que o senhoril é um senhor de escravo por “conta das circunstâncias, ou seja, assim como pontuado por Woodward (2014), as

condições materiais e sociais implicam diretamente nas posições do negro escravizado e do homem escravocrata. Além disso, Solomon explica que suas costas trazem as cicatrizes do espancamento ao qual foi submetido quando contestou ser tratado como escravo, de modo que ele aguarda um momento oportuno para sair daquela condição.

Constantemente perseguido por um capataz da fazenda, certo dia, Solomon reage às agressões e, por isso, é jurado de morte. Justificando querer protegê-lo, Senhor Ford o revende para Edwin Epps, o que faz com que Solomon passe os últimos anos de escravidão sob o domínio de um homem que não se poupa em humilhar os escravizados das mais variadas formas, sempre legitimado pelo discurso da supremacia racial.

Paralelamente à trajetória de Solomon, cabe salientar a história de Patsey, uma jovem escravizada de 23 anos de acordo com as memórias de Northup (2014), mas que no filme é representada como uma jovem que ainda brinca de produzir bonecas com sabugos e palhas de milho. Ela é constantemente assediada por Edwin Epps. Sobre ela, Solomon escreveu:

Patsey era magra e esguia. Mantinha-se sempre tão ereta quanto a forma humana é capaz de se manter. Havia algo de imponente em seus movimentos, que nem o trabalho pesado nem a exaustão nem a punição conseguiam destruir. Na verdade, ela era um animal esplêndido, e, se a escravidão não houvesse amortizado seu intelecto em uma escuridão absoluta e permanente, seria líder de seu povo. (Northup, 2014, p. 126).

Destacando-se na colheita de algodão, a jovem recebe elogios por conta do modo aplicado como executa seu trabalho. Porém, cada vez mais obcecado pela jovem, o senhoril acaba por estuprá-la, em uma cena que choca os espectadores devido à brutalidade de Epps, que leva Patsey a desmaiar durante o ato. Cansada dos maus tratos, vemos no filme o momento em que ela implora para que Solomon a mate, pois não tinha forças para tirar a própria vida, o que ele recusa com veemência. Enciumada, a Senhora Epps espanca e humilha Patsey frequentemente, acusando-a de ser insubordinada e de querer seduzir seu marido. Aqui, observamos a hipersexualização da mulher negra, vista como mero objeto à serviço, reproduzindo o estereótipo de mulheres negras são sexualmente promíscuas e disponíveis, uma ideia que foi amplamente utilizada para justificar abusos e violências sexuais cometidos contra esse grupo social.

Após 12 anos sofrendo os mais variados tipos de tortura e humilhação, Solomon finalmente consegue a ajuda de um carpinteiro de nome Samuel Bass. Entusiasta da causa abolicionista, ele declara certo dia que a escravidão era um “grande mal”, com isso, despertou em Solomon a esperança de conseguir finalmente voltar para a casa. Mesmo temendo por sua vida após ouvir o relato de Solomon, Bass escreve uma carta relatando a história de Solomon, que é resgatado por um oficial de justiça que chega à fazenda de Epps acompanhado de um amigo de Solomon. No livro, tal feito é atribuído a Henry B. Northup, um advogado a quem a carta de Solomon havia sido endereçada. O filme encerra com a emocionante cena do reencontro de Solomon com sua família, agora formada por dois novos membros: o marido de sua filha e seu neto, batizado com o nome do avô.

CONCLUSÃO

Como conclusão, ao analisar as teorias raciais do século XIX e a representação do negro no filme *12 Anos de Escravidão*, percebemos a maneira como a pseudociência e os discursos racistas desse período foram fundamentais para a criação e perpetuação de estereótipos desumanizantes que justificaram e sustentaram a escravidão. Essas teorias, fundamentadas em premissas errôneas sobre a inferioridade de pessoas negras, legitimaram um sistema de opressão que marcou profundamente a história ocidental, o qual ainda reflete em práticas de desumanização das pessoas negras verificadas em nossos dias.

O filme *12 Anos de Escravidão* oferece uma representação visceral e autêntica dos horrores da escravidão, contrapondo-se ao discurso preconceituoso repercutido pelas teorias raciais ao retratar a experiência de Solomon Northup, um homem livre ilegalmente escravizado. A obra humaniza a experiência das pessoas negras, mostrando a resiliência, a dor e a dignidade dos escravizados, desafiando diretamente as visões racistas do século XIX. A história de Northup expõe a falácia das teorias raciais da época, lembrando o público de que, por trás das estatísticas e dos discursos, havia indivíduos complexos, com histórias, sentimentos e sonhos.

Lançado em 2013, o longa-metragem *12 anos de escravidão* representou um importante marco na trajetória de representações do negro no universo audiovisual. Podemos afirmar que a coragem de Bass, a determinação de Henry B. Northup e a própria resiliência de Solomon foram decisivas para seu resgate. O relato de Solomon Northup não apenas revelou as crueldades do sistema escravocrata, mas também contribuiu para a mobilização da causa abolicionista nos Estados Unidos, oferecendo uma perspectiva pessoal e realista da vida de um homem que, apesar de sua liberdade original, foi obrigado a enfrentar a brutalidade da escravidão enquanto buscava forças para alimentar a esperança de voltar para seu lar.

REFERÊNCIAS

12 anos de escravidão (12 years a slave). Steve McQueen. PITT, Brad et al. EUA. Fox Searchlight Pictures, 2013. Mídia Digital (Prime vídeo).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

CEVASCO, M. E. **Dez Lições sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril/2017, pp. 73–97. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p73>

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

NORTHOP, Solomon. **12 anos de escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

OLIVEIRA, Luís Gustavo Finger de; STEINDORFF, Gabriel; PICCININ, Fabiana Quatrin. “12 anos de escravidão” e a paixão pelo real. In: **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 3, p. 90–104, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17058/rjp.v5i3.5694>.

SAMPAIO, Maria Clara Carneiro; ARIZA, Marília B. A. Narrativas de mulheres escravizadas nos Estados Unidos do Século XIX. In: **Estudos Avançados**, 33 (96), 2019, pp. 179–198. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0011>.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870–1930. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Tomás Tadeu. In: SILVA, Tomás Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª ed. São Paulo: Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15 ed. Petrópolis–RJ: Vozes, 2014.

Recebido: 2025-03-20

Aceito: 2025-08-08